



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

ANEXO V - DIRETRIZES DE CONVIVÊNCIA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

1. OBJETIVOS

- 1.1 Este ANEXO tem por objetivo orientar e reger a forma de estabelecimento das DIRETRIZES DE CONVIVÊNCIA entre a CONCESSIONÁRIA e outros prestadores de serviços, públicos ou privados, cuja atuação tenha interface com a prestação dos SERVIÇOS ou com a ÁREA DA CONCESSÃO.
- 1.2 As DIRETRIZES DE CONVIVÊNCIA serão estabelecidas visando:
- i. Viabilizar e organizar a convivência entre a CONCESSIONÁRIA e as partes mencionadas no item 1.1 deste ANEXO, no que couber, levando-se em consideração as infraestruturas e instalações existentes e já operacionais e os EMPREENDIMENTOS que ainda serão implantados pela CONCESSIONÁRIA, portanto, ainda não operacionais;
 - ii. Compatibilizar cronogramas das atividades de movimentação de equipamentos em operação e instalação de novas infraestruturas, que porventura gerem interferências com as atividades de responsabilidade e competência da CONCESSIONÁRIA;
 - iii. Integrar e aprimorar esforços e condições de segurança do trabalho, de prevenção de acidentes e gestão de riscos, tanto no ambiente de obra como para os USUÁRIOS, em trechos operacionais;
 - iv. Definir acessos e dinâmica da movimentação de pessoas e veículos em áreas contíguas, de forma segura a todos envolvidos;
 - v. Caso haja ativos compartilhados, separar os medidores relacionados ao consumo de água, energia e outros gastos voltados à operação da ÁREA DA CONCESSÃO;
 - vi. Viabilizar diretrizes e ações a serem adotadas visando à mitigação de riscos decorrentes das atividades desenvolvidas em regime de convivência; e
 - vii. Estabelecer matriz de comunicação e responsáveis entre a CONCESSIONÁRIA e as partes mencionadas no item 1.1 deste ANEXO.

2. REGRAS GERAIS PARA ESTABELECIMENTO DAS DIRETRIZES DE CONVIVÊNCIA

- 2.1 Para cumprimento dos objetivos previstos neste ANEXO, a CONCESSIONÁRIA e as partes mencionadas no item 1.1 deste ANEXO deverão, em até 90 (noventa) dias contados da DATA DE ASSINATURA, estabelecer as DIRETRIZES DE CONVIVÊNCIA, visando a definir as

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

responsabilidades básicas de cada parte para cumprimento dos objetivos previstos no item 1.2. O documento firmado deverá estar em conformidade com as disposições do CONTRATO e deste ANEXO, devendo uma cópia ser encaminhada à AGÊNCIA REGULADORA.

2.1.1 A AGÊNCIA REGULADORA decidirá as questões em relação às quais não haja consenso entre as partes citadas no item 1.1 deste ANEXO, mediante notificação a ser enviada pela CONCESSIONÁRIA, podendo a CONCESSIONÁRIA recorrer aos mecanismos de solução de controvérsias previstos no CONTRATO caso tenha qualquer divergência com a decisão da AGÊNCIA REGULADORA.

2.1.2 Casos os prestadores de serviço citados no item 1.1 deste ANEXO discordem das decisões tomadas pela AGÊNCIA REGULADORA na forma do item 2.1.1 acima e recusem-se a assinar as DIRETRIZES DE CONVIVÊNCIA, e a CONCESSIONÁRIA demonstre à AGÊNCIA REGULADORA ter adotado todas as medidas ao seu alcance para que seja chegado à um consenso quanto ao teor do documento, as DIRETRIZES DE CONVIVÊNCIA poderão ser assinadas independentemente do aceite de todas as partes envolvidas, devendo o PODER CONCEDENTE atuar como representante do ativo de responsabilidade das partes dissidentes, caso se tratem de ativos públicos, inclusive aqueles que estejam concedidos à iniciativa privada.

2.1.3 Além do documento contendo as DIRETRIZES DE CONVIVÊNCIA, assinado pelas partes citadas no item 1.1 deste ANEXO, o conteúdo da reunião que definí-las deverá ser registrado em ata, com lista de presença e rubrica de todos os presentes.

2.2 As DIRETRIZES DE CONVIVÊNCIA deverão ser entabuladas como condição prévia para o início da implantação dos EMPREENDIMENTOS.

2.2.1 Além da definição das DIRETRIZES DE CONVIVÊNCIA, poderão ser estabelecidos Termos Complementares de Diretrizes de Convivência para a realização de determinados EMPREENDIMENTOS que demandem maior esforço de coordenação entre a CONCESSIONÁRIA e as partes citadas no item 1.1 deste ANEXO. Os referidos Termos Complementares de Diretrizes de Convivência deverão abordar, minimamente, os seguintes tópicos:

- i. Serviços a serem executados;
- ii. Prazo de execução;
- iii. Limites com as áreas operacionais (com ou sem barreiras físicas);

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

- iv. Turnos de trabalho (diurno/noturno, início/término);
- v. Identificação das empresas executoras e seus empregados;
- vi. Carga e descarga de materiais/equipamentos;
- vii. Remoção de materiais/equipamentos – retirada de entulhos e restos de materiais;
- viii. Circulação/atividades com mão de obra;
- ix. Rotina para solicitação de acessos (encaminhamento, formulário e demais etapas do procedimento);
- x. Segurança dos USUÁRIOS e transeuntes;
- xi. Segurança dos trabalhadores;
- xii. Segurança dos materiais para as atividades (guarda e vigilância); e
- xiii. Tempos mínimos para mobilização e desmobilização.

2.2.2 A realização de obras por parte do PODER CONCEDENTE ou por terceiros em áreas contíguas à AREA DA CONCESSÃO também poderá dar ensejo à celebração de Termos Complementares de Diretrizes de Convivência.

2.3 Mesmo com o estabelecimento das DIRETRIZES DE CONVIVÊNCIA ou dos Termos Complementares de Diretrizes de Convivência, as partes citadas no item 1.1 deste ANEXO deverão buscar estar em comunicação frequente durante a realização de obras ou prestação de serviços em áreas contíguas, especialmente quanto à participação de terceiros subcontratados que deverão transitar entre as áreas de propriedade das referidas partes.

2.4 Após a celebração do documento contendo as DIRETRIZES DE CONVIVÊNCIA, estas deverão ser revisadas a cada 3 (três) anos, ou em tempo inferior, em caso de necessidade, a ser apontada pelas partes signatárias, em comunicação formal enviada para a AGÊNCIA REGULADORA.